



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

GOVERNO
FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO

**COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES
EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020
Processo Administrativo nº 01342002561/2020-97**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, por meio do **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES – CNEN/IPEN**, UASG nº **113202** (SEGCM – Serviço de Gestão de Compras Nacionais), sediada na Avenida Lineu Prestes, nº 2242 ADM 2º andar – Butantã, São Paulo/SP – CEP 05.508-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos, do [Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012](#), do, da [Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010](#), da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018](#), aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **29/07/2020**

Horário: **09:30 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal –
<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Serviço de Remoção e Incineração de Resíduos sólidos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – O critério de julgamento adotado será o **menor preço do item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 113202

Fonte: 250

Programa de Trabalho: 168751

Elemento de Despesa: 339039

PI: 19.572.2206.20UX.0001

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 – O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 – O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 – A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 – Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 – Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 – Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 – Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 – Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 – que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 – Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 – Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.2 – Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.3 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.4 – Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.5 – Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.6 – Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.7 – Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.8 – Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.9 – Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.10 – Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4.3.11 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 – O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema; não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 – Valor unitário e total do item;

6.1.2 – Marca;

6.1.3 – Fabricante;

6.1.4 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6 – O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1 – O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 – Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 – O lance deverá ser ofertado pelo **valor total**.

7.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 15,00 (quinze reais)**.

7.9 – O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a **20 (vinte) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **3 (três) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6

7

7.1

7.2

7.3

7.4

7.5

7.6

7.7

7.8

7.9

7.10 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

7.12 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 – Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1 – Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 – O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20.1 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 – A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 – Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27 – A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1 – No país;

7.28.2 – Por empresas brasileiras;

7.28.3 – Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4 – Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 – O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8– DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 – O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução

Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 – O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 – Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 – O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 – Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 – Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 – SICAF;

9.1.2 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3 – O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 – Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5 – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 – Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 – O interessado, para efeitos de habilitação prevista na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018](#) mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **terceiro dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 – É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº 10.024/2019.

9.3 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 – Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 – Ressalvado o disposto no **item 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 – Habilitação jurídica:

9.8.1 – No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 – No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 – No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);

9.8.7 – No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8 – No caso de exercício de atividade de FABRICAÇÃO, IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO e/ou COMÉRCIO de produtos químicos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do [inciso I, §2º do artigo 39 da Lei nº 12.305, de 02/08/2010](#).

9.8.11 – Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 – Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 – Prova de inscrição no [Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas](#) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 – Prova de [regularidade fiscal](#) perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de [certidão negativa ou positiva com efeito de negativa](#), nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho](#), aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.9.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 – Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8 – Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 – Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.1.1 – No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.1.2 – No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.1.3 – É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.1.4 – Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.2 – A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (**LG**), Solvência Geral (**SG**) e Liquidez Corrente (**LC**), **superiores a 1 (um)** resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11 – Qualificação Técnica:

9.11.1 – Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1 – Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1 – **Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnico-Operacional)** de que a licitante já tenha fornecido bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.12 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado **(a)** da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e **(b)** da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 – A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 – A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na

documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 – Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.20 – **Cadastro Técnico Federal** emitido pelo IBAMA, para atividades de transporte de produtos perigosos e destinação final de resíduos;

9.21 – **Licença de Funcionamento**, emitida pelo Departamento de Polícia Federal, para recebimento e armazenagem de produtos químicos controlados;

9.22 – **Certificado de Aprovação** emitido pelo Corpo de Bombeiros, para a atividade de tratamento e disposição de resíduos perigosos;

9.23 – **Comprovação**, através de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), de que o responsável técnico executou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.

9.24 – **Licença Especial de Trânsito Produtos Perigosos (LETPP)** do Município de São Paulo – Decreto nº 50.446/09 e Portaria nº 054/SVMA/09.

9.25 – **Autorização Ambiental de Transporte Interestadual de Produtos Perigosos**, um documento obrigatório a partir de 10 de junho de 2012, para que o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual (para os terrestres e fluviais), de produtos perigosos. Portanto, serão obrigatórios para os transportadores de produtos perigosos nos modais rodoviário (veículos), ferroviários (trens) ou aquaviários (embarcações), que exercerem a atividade em mais de um estado (configurando dessa forma o transporte interestadual), e os transportadores de produtos perigosos nos modais marítimos (embarcações). Aqueles transportadores que realizarem a atividade em apenas uma unidade da federação (dentro do Estado ou do Distrito Federal) deverão seguir as regras de licenciamento ou autorização ambiental para o transporte de produtos perigosos editadas pelo respectivo órgão estadual de meio ambiente, conforme art. 8º da LC 140/2011.

10 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 – Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 – Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como **marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, FISPQ (Ficha de informações de segurança de produtos químicos - ABNT-NBR 14725)** vinculam a Contratada.

10.3 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso ([art. 5º](#) da [Lei nº 8.666/93](#)).

10.3.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 – As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 – DOS RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 – Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 – Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões

também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 – A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 – A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 – Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 – Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 – Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1 – As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17 – DO PAGAMENTO

17.1 – As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), o licitante/adjudicatário que:

18.1.1 – Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2 – Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3 – Apresentar documentação falsa;

18.1.4 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6 – Não manter a proposta;

18.1.7 – Cometer fraude fiscal;

18.1.8 – Comportar-se de modo inidôneo;

18.2 – As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

18.2.1 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3 – O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1 – **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2 – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.3.3 – Suspensão de licitar e impedimento de contratar **com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

18.3.4 – Impedimento de licitar e de contratar **com a União** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

18.3.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5 – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.6 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.7 – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.8 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme [artigo 419](#) do [Código Civil](#).

18.9 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 8.666, de 1993](#), e subsidiariamente na [Lei nº 9.784, de 1999](#).

18.10 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.12 – As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 – Até **3 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 – A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitagan@ipen.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço:

IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
SEGCN – Serviço de Gestão de Compras Nacionais
Avenida Lineu Prestes, 2242 ADM 2º andar - Cidade Universitária
São Paulo/SP - CEP 05508-000

19.3 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

19.4 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 3 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

19.7 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.7.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.8 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 – Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

20.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

20.4 – No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.5 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11 – O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/Download/Download.asp?coduasg=113202&numprp=12020&modprp=5&bidbird=N>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço descrito na **Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2242 – ADM 2º andar, Butantã, São Paulo/SP – CEP 05.508-000**, no Serviço de Gestão de Compras Nacionais - SEGCM, nos dias úteis, no horário das **08:00 horas às 16:30 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.12 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.13 – ANEXO I – Termo de Referência

20.14 – ANEXO II – Modelo de Proposta.

São Paulo, 27 de Maio de 2020

KÁTIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS
Coordenadora de Administração e Infraestrutura
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

UASG 113202

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020
Processo Administrativo nº 01342.002561/2020-97

1 – DO OBJETO

1.1 – Serviço de Remoção de Incineração de Resíduos sólidos, para o IPEN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade Medida	Quantidade	Valor de Referência
1	SERVIÇO DE REMOÇÃO E INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO PERTINENTE, EM VEICULO APROPRIADO PARA O TRANSPORTE.SERVIÇO DE REMOÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA, DE APROXIMADAMENTE 6.000KG DE RESÍDUOS QUÍMICOS (SÓLIDOS E LÍQUIDOS) ATENDENDO: - ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS POR UM PROFISSIONAL RESPONSÁVEL (QUÍMICO OU ENGENHEIRO) EM TEMPO INTEGRAL; - FORNECIMENTO DE EMBALAGENS HOMOLOGADAS PARA ACONDICIONAMENTO DOS RESÍDUOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE; - ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS	1333	SV	1	114.840,00

Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade Medida	Quantidade	Valor de Referência
	<p>RESÍDUOS TRATADOS E EMISSÃO DO CERTIFICADO DESTINAÇÃO FINAL ATENDENDO À LEGISLAÇÃO PERTINENTE NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL; - PESAGEM NO LOCAL EM BALANÇA DIGITAL; - EMISSÃO DE FAR E MTR; - FORNECIMENTO DE EPI'S - FORNECIMENTO DE FICHAS, ENVELOPES E ETIQUETAS DE EMERGÊNCIA CONFORME LEGISLAÇÃO; - VEÍCULO CERTIFICADO PELO INMETRO; - MOTORISTA COM CURSO DO MOPP; - APRESENTAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO FOTOGRÁFICO DO PROCESSO; - DESTINAÇÃO FINAL EM LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS; - FORNECIMENTO DE CERTIFICADO DE DESTRUÇÃO DOS RESÍDUOS. A EMPRESA DEVE APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE O REGISTRO EM ÓRGÃOS AMBIENTAIS E DE CONTROLE (POLÍCIA FEDERAL E EXÉRCITO BRASILEIRO, POR EXEMPLO, CASO NECESSÁRIO) QUE A AUTORIZE PARA O TRABALHO A SER REALIZADO.</p>				

2- JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1- Da compra: Contratação de empresa, para prestação de serviço de coleta transporte, identificação, manuseio, acondicionamento, tratamento e destinação final adequada de resíduos químicos, sólidos e líquidos, dos laboratórios e instalações da CNEN-IPEN

Escopo do Serviço

Serviços remoção, incineração (considera-se incineração qualquer processo enérgico, normalmente oxidante, mas se restringindo a tal, podendo ser, por exemplo, co - processamento em fornos de alta temperatura) e destinação adequada, com coleta e transporte de resíduos sólidos e líquidos (Insumos e Produtos de Laboratório Classe I), que consiste em identificação, classificação, manuseio, acondicionamento, compatibilização e tratamento e destinação final de resíduos químicos, provenientes dos diversos laboratórios do IPEN, em conformidade com a Legislação Ambiental vigente, em especial no que se refere à segurança industrial e proteção do meio ambiente, nas condições de:

- Constituídos de reagentes vencidos e/ou fora de especificação;
- Sobra de processo e análises realizadas;
- Os resíduos são classificados como perigosos (classe I) de acordo com a norma técnica NBR-10004.
- A licitante deverá apresentar a confirmação de que mantém contrato com incineradores, bem como a licença de operação do incinerador para os itens deste serviço, no qual declara sua disponibilidade para receber e destinar os resíduos. A licitante deverá oferecer os serviços completos, tais como: Licenciamento Ambiental (emitido por Órgão de Controle Ambiental), a identificação, a classificação, o acondicionamento, o transporte e a Destinação Final dos Resíduos.
- A Contratada deverá providenciar para a Contratante o Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos ("CADRI") emitido pela CETESB, sem custo para a Contratante;
- A coleta dos resíduos deverá ser efetuada no endereço da Contratante, transportando-os para o incinerador com veículo devidamente sinalizado e equipado e condutor especialmente habilitado, conforme a Legislação Ambiental vigente para o Transporte de Produtos Perigosos e Normas Técnicas aplicáveis, sendo de responsabilidade da Contratada qualquer irregularidade ou incidente que venha ocorrer no transporte e destruição dos materiais.

- A Contratada deverá fornecer todas as embalagens adequadas legalmente (tambores, bombonas, etc.) que serão utilizadas para acondicionamentos dos resíduos, bem como rótulos para identificação das embalagens, conforme Legislação Ambiental vigente, com vistas ao transporte seguro dos itens.
- A Contratada deverá verificar os pesos dos itens no local de carregamento, utilizando-se, por exemplo, balança digital própria,
- A quantidade de material a ser incinerado será de 6.000Kg, conforme lista abaixo.
- A Contratada deverá fornecer junto com a Nota Fiscal o Certificado de Tratamento dos Resíduos, comprovando a efetiva destruição dos materiais em instalações licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, a cada processo realizado, bem com laudo técnico fotográfico de todo o processo
- Mobilização de equipe composta por, no mínimo, um Químico ou Engenheiro Químico (nível superior) credenciado no Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou CRQ, um Técnico Químico (nível médio) e auxiliares, para executarem as tarefas de manipulação, identificação, classificação, segregação por compatibilidade e acondicionamento dos resíduos, que deverão ser efetuadas no local de origem, antes do carregamento e transporte.
- Mobilização de materiais e equipamentos para movimentação interna e carregamento dos resíduos no veículo de transporte.

A referida Prestação de Serviço deverá ocorrer conforme as exigências da Resolução ANVISA/RDC nº306/04, Resolução CONAMA nº358/05 e normas pertinentes (ABNT NBR 10.004).

• **HABILITAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE**

- A licitante deverá apresentar a confirmação de que mantém contrato com incineradores, bem como a licença de operação do incinerador para os itens deste serviço, no qual declara sua disponibilidade para receber e destinar os resíduos. A licitante deverá oferecer os serviços completos, tais como: Licenciamento Ambiental (emitido por Órgão de Controle Ambiental), a identificação, a classificação, o acondicionamento, o transporte e a Destinação Final dos Resíduos. · A Contratada deverá providenciar para a Contratante o Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos (“CADRI”) emitido pela CETESB, sem custo para a Contratante;
- “Mobilização de equipe composta por, no mínimo, um Químico ou Engenheiro Químico (nível superior) credenciado no Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou CRQ, um Técnico Químico (nível médio) e auxiliares, para executarem as tarefas de manipulação, identificação, classificação, segregação por compatibilidade e acondicionamento dos resíduos, que deverão ser efetuadas no local de origem, antes do carregamento e transporte.”

- Mobilização de materiais e equipamentos para movimentação interna e carregamento dos resíduos no veículo de transporte
- Tratamento ou destinação final, empregando as tecnologias mais adequadas para cada tipo de resíduo, incluindo necessariamente as seguintes:
- Incineração: para resíduos sólidos e líquidos orgânicos, principalmente os halogenados e aqueles de alta periculosidade;
- Tratamento físico-químico: para soluções líquidas aquosas. Disposição em aterro classe I: para resíduos sólidos inorgânicos.
- Outras tecnologias complementares poderão ser utilizadas, desde que aprovadas pelos órgãos de controle ambiental e pela Fiscalização.
- “A referida Prestação de Serviço deverá ocorrer conforme as exigências da Resolução ANVISA/RDC nº306/04, Resolução CONAMA nº358/05 e normas pertinentes (ABNT NBR 10.004).”
- A licitante deverá atender plenamente aos requisitos de habilitação técnica para a prestação dos serviços propostos:
- A licitante deve ser licenciada para a atividade pelo seu órgão ambiental competente;
- Apresentar licença de transporte para produtos químicos, emitido pela Polícia Federal;
- Apresentar cadastro Técnico Federal do IBAMA;
- Apresentar licença de operação para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos químicos ou de saúde;
- Registro de pessoa jurídica e do responsável técnico junto ao CREA e/ou CRQ, para desempenhar atividades de processamento de resíduos perigosos – inerentes à Engenharia Química;
- Experiência comprovada por Atestados e Capacidade Técnica, devidamente acervados pelo CREA e/ ou CRQ, para serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos.

ITEM	Composto/Produto
------	------------------

38	Caseína
----	---------

1	2,2, Bupiridil
2	2-mercaptoetanol
3	Acetato de amônio
4	Acetato de etila
5	Acetato de sódio
6	Ácido Acético
7	Ácido Acrílico
8	Ácido ascórbico
9	Ácido cítrico
10	Ácido Clorídrico
11	Ácido etilenodiaminopetanacético-EDTMP
12	Ácido nítrico 20% em metanol
13	Ácido para-aminobenzóico de sódio
14	Ácido perclórico 20% em etanol
15	Ácido perclórico 5% em ácido acético
16	Ácido Silícico
17	Ácido Tâmico
18	Ácido Tricloroacético
19	Ácido trifluoracético
20	Acrilamida
21	Actane 32 detergente
22	Água régia (ácido clorídrico e ácido nítrico)
23	Alaranjado de metila
24	Alcine Blue
25	Alcool isopropílico
26	Álcool Metílico
27	Alumina
28	Anzirconato de Potássio
29	Azul de Toluidina
30	Balsamo do Canadá
31	Bauxita metalúrgica
32	Bicarbonato de sódio
33	Bis Acrilamida
34	Brometo de Sódio
35	Butanol
36	Carbonato de didímio
37	Carbonato de terras raras
76	EDDA
77	EDTA sal dissódico
78	Enbond 79 detergente
79	Enbond Z72 detergente

39	Celobiose
40	Citrato de sódio
41	Citrato de hidrato de chumbo
42	Cloramina T
43	Cloreto Benzalcônio Sol 50%
44	Coreto de amoneo
45	Cloreto de Cisteína
46	Cloreto de cobre
47	Cloreto de estanho
48	Cloreto Estrôncio
49	Cloreto de Ferro
50	Coreto de ítrio
51	Cloreto de potássio
52	Cloreto de sódio
53	Cloreto de terras raras
54	Cloreto de titânio
55	Cloreto de zircônio
56	Cloreto de paládio
57	Clorofórmio
58	Clorpirofos
59	Colidina
60	Corante Brilhante Blue
61	Corante Junusgrum
62	Corante preto remazol
63	D.M.S.O
64	Dc Proteína C Reagente A
65	Dc Proteína C Reagente B
66	Diamanfusina
67	Dicromato de potássio
68	Dietil ether
69	Digitonina
70	Dihidrogenofosfato de potássio
71	Dihidrogenofosfato de sódio
72	Dissulfito de sódio
73	Ditizona
74	DMF (Dimetil formamida)
75	E. Stain
117	Methyarim
118	Metil Etil Cetona
119	Migliol
120	Monofloroacetico de Sódio

80	Etileno diamina - Tetrakis
81	Etiquetas
82	Extrato de Levedura
83	Fenol
84	Fixador kosdac
85	Formaldeido
86	Fosfato de amônio dibásico
87	Fosfato de Tungstênio
88	Fucsia Básica
89	Furfural
90	Gelatina floculante
91	Giensa
92	Glicerina
93	Glicina
94	Glucose
95	Hed Gare oil
96	HEPES
97	Hexano
98	Hidrogenosfato dissódico
99	Hidróxido de sódio
100	Hidróxido de zircônia
101	Hidroximetil Amina
102	Hypoxantine
103	Indicador de Cálcio
104	Iodato de potássio
105	Iodeto de sódio
106	Iodo benzeamina
107	Janusgrum
108	L. Alainino
109	Lactose monohidratada
110	Ligarium Gelbs
111	Lisina
112	Manitol
114	Mercaptoetilinina
115	Mercúrio
116	Metabissulfito de Sódio
157	Solução fenol em água (20%)
158	Solução formaldeído 4% = OLI RED, alizarina red, Alcian Blue Rodamina B
159	Solução tampão ph 4
160	Solução tampão ph 7
161	Sulfato de básico de zircônia
162	Sulfato de amônio

121	Nanopartículas de ouro (ác. Cloroáurico, ac. Ascorbico, nítrico e clorídrico citrato de sódio, hidróxido de sódio)
122	Negro de amido
123	Niblau (azul)
124	Nicotinamida
125	Nihidrina
126	Nitrato de chumbo
127	Nitrato de potássio
128	Nitrato de sódio
129	Octano
130	Octanol
131	Óleo mineral de transformador
132	Orciena
133	Orinol
134	Óxido de magnésio
135	Pentóxido de Fósforo
136	Perlita
137	Peroxido de hidrogenio
138	Piridroxihidroxiclорídrico
139	Pirofosfato de sódio
140	Pirose Metil
141	Propileno Glicol
142	Residuo com parafina. Acido cítrico 30%, Citrato sódio 30%, Acrilamida -Bis 20%
143	Resíduo galvânico
144	Resíduo xilol, Alcool
145	Resina Catiónica
146	Resina Dowex
147	Revelador de filme fotográfico
148	Safranin
149	Separam
150	Solução aguosa Ácido Nítrico 60% Acido florídrico 10%
151	Solução aguosa Ácido acético 10% metanol 40%
152	Solução aquosa Methyl dibromo glutaronitrile, Alcool Cinamílico, 2-Mercaptobenzothiazole, DMSO
153	Solução aquosa PGMA+ DMF
154	Solução de hidróxido de amônia
155	Solução diluída de ácido nítrico
156	Solução diluída de ácido sulfúrico

d) É vedada a subcontratação total ou parcial para execução do objeto. Tal vedação se justifica por tratar-se de material onde apenas uma empresa deverá ser a única responsável por seu inteiro teor, e conforme §2º do artigo 7º do [Decreto nº 8.538, de 06/10/2015](#).

e) Orçamento estimado: O valor apurado, como sendo o orçamento da licitação é de **R\$ 114.840,00 (cento e quatorze mil e oitocentos e quarenta reais)**, conforme planilha pesquisa demonstrada no **Anexo A**, deste Termo de Referência.

f) Referência de Preços: Foi realizada pesquisa no **Painel de Preços** - <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-materiais> combinada com pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do §1º do artigo 2º da Instrução [Normativa MPOG/SLTI nº 5, de 27/06/2014](#).

g) Tipo de licitação: **Menor preço**.

h) Não se aplica a exigência de índices contábeis (qualificação econômico financeira) para verificar a capacidade financeira com vistas aos compromissos que terá que assumir conforme § 2º e § 3º do artigo 31 da [Lei nº 8.666, de 21/06/1993](#).

i) Capacidade técnico operacional:

– **Comprovação de aptidão (Atestado de Capacidade Técnico-Operacional)** de que a licitante já tenha fornecido bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

j) Da **Sustentabilidade Ambiental**:

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da [Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 1, de 19/01/2010](#), a CNEN, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

- Contato Técnico: para o **Helio Akira Furusawa**, Telefone: **3133-9318**, e-mail: **helioaf@ipen.br**

2.3 – Base legal: [Lei nº 8.666, de 21/06/1993](#); [Lei nº 10.520, de 17/02/2002](#); [Lei nº 12.305, de 02/08/2010](#); [Decreto nº 3.693, de 20/12/2000](#); [Decreto nº 10.024, de 20/09/2019](#); [Decreto nº 5.940, de 25/10/2006](#); [Decreto nº 8.538, de 06/10/2015](#); [Decreto nº 7.404 de 23/12/2010](#).

3 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 – Trata-se de contratação de bem comum, pois são definidos neste Termo de Referência por meio de especificações e padrões de qualidade que são usualmente e amplamente encontrados no mercado e cujas variações técnicas não influenciam no resultado da contratação. Essa classificação encontra amparo legal no Parágrafo único, do artigo 1º, da [Lei nº 10.520, de 17/02/2002](#), bem como pelos Acórdãos do TCU nº 313/2004 – Plenário e nº 2.594/2005 – Primeira Câmara.

4 – ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo máximo para a execução dos serviços será de 30 (trinta) dias contados a partir da aceitação formal da Nota de Empenho, que será emitida em até 2 (dois) dias úteis após a homologação. Referida Nota de Empenho será encaminhada a contrata, que terá o prazo de 2(dois) dias úteis para a aceitação formal desse documento.

A entrega da Nota de Empenho, em remessa (única), no seguinte endereço:

SEGAP – Serviço de Gestão de Almojarifado e Patrimônio
IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
Avenida Lineu Prestes, 2242 Almojarifado – Butantã, Cidade Universitária São Paulo/SP - CEP 05508-000
CNPJ nº 00.402.552/0005-50 (UASG 113202)
Inscrição Estadual nº 110.670.880.110
Telefone (11) 3133-9007 (Sr. Pedro Marcelino)
nfe@ipen.br

4.2 LOCAL PARA ENTREGA

Os resíduos químicos deverão ser retirados dentro do “campus” da CNEN-IPEN, em local determinado pela fiscalização. O horário para a execução dos serviços é de segunda a sexta-feira das 08 às 17 horas.

4.3 GARANTIA

A garantia mínima dos serviços deverá ser de 30 (trinta) dias contados após o recebimento definitivo por parte da fiscalização da CNEN-IPEN.

4.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.4.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas de segurança e compatíveis com esse tipo de fornecimento.

4.4.2 Os serviços não aprovados pela fiscalização da CNEN-IPEN, deverão ser substituídos ou refeitos, sem ônus, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

4.4.3 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – São obrigações da Contratante:

5.1.1 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 – Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 – Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 – O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 – responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos [12](#), [13](#) e [17 a 27](#), do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

6.1.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 – Comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 – Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 – Nos termos do [art. 67 Lei nº 8.666, de 1993](#), será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

9.3 – O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 – DO PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será realizado no prazo máximo de até **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 – Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite¹ de que trata o [inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993](#), deverão ser efetuados no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do [art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993](#).

10.2 – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao [SICAF](#) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

10.3.1 – Constatando-se, junto ao [SICAF](#), a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018](#),

10.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 – Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao [SICAF](#) para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 – Constatando-se, junto ao [SICAF](#), a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 – Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao [SICAF](#) para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

1

10.9 – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 – Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 – Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = (6 \div 100) \div 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%aa

11- A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

11.1 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

11.2 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), a Contratada que:

12.1.1 – Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 – Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4 – Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 – Cometer fraude fiscal;

12.2 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 – **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 – **Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **5 (cinco) dias**;

12.2.3 – **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4 – Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 – **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de **até 2 (dois) anos**;

12.2.6 – Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**;

12.2.6.1 – A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 13.1** deste Termo de Referência.

12.2.7 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 – As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4 – Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1 – tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 – tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.4 – demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29/01/1999.

12.6 – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.6.1 – Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme [artigo 419](#) do [Código Civil](#).

12.8 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9 – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.10 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.11 – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.12 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

13.1 – O custo estimado da contratação é de **R\$ 114.840,00 (cento e quatorze mil e oitocentos e quarenta reais)**

CQMA- Centro de Química e Meio Ambiente

Aprovo este TERMO DE REFERÊNCIA e autorizo abertura de procedimento licitatório, tipo “**MENOR PREÇO**” **POR ITEM**, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, por tratar-se de “**BEM COMUM**”, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por meio de especificações usuais no mercado, e por estarem objetivamente definidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, consoante com o

que determina imperativamente, inciso I do § 2º do artigo 7º da [Lei nº 8.666, de 21/06/1993](#) e do artigo 1º da [Lei nº 10.520, de 17/07/2002](#).

KÁTIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS
Coordenadora de Administração e Infraestrutura
Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
UASG 113202

ANEXO II – Modelo de Proposta

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA COM CNPJ)

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para a **Serviço de Remoção e Incineração de Resíduos sólidos para o IPEN**, conforme especificações do Edital de [Pregão Eletrônico nº 021/2020 \(Processo SEI nº 01342002561/2020-97\)](#) e seus anexos, detalhadamente conforme anexo desta proposta (Anexo I do Termo de Referência), a seguir:

- () Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, para atividades de transporte de produtos perigosos e destinação final de resíduos;
- () Licença de Funcionamento, emitida pelo Departamento de Polícia Federal, para recebimento e armazenagem de produtos químicos controlados;
- () Certificado de Aprovação emitido pelo Corpo de Bombeiros, para a atividade de tratamento e disposição de resíduos perigosos;
- () Comprovação, através de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), de que o responsável técnico executou serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
- () Licença Especial de Trânsito Produtos Perigosos (LETPP) do Município de São Paulo – Decreto nº 50.446/09 e Portaria nº 054/SVMA/09.
- () Autorização Ambiental de Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, um documento obrigatório a partir de 10 de junho de 2012, para que o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual (para os terrestres e fluviais), de produtos perigosos. Regras de licenciamento ou autorização ambiental para o transporte de produtos perigosos editadas pelo respectivo órgão estadual de meio ambiente, conforme art. 8º da LC 140/2011.

Item	Descrição	Tipo Controle	TOTAL	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total	Fabricante/Modelo
...	R\$,...	R\$,...	

Entrega: Única

Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias

Local de Entrega:

CEQMA – Centro de Química e Meio Ambiente
IPEN - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares
Avenida Lineu Prestes, 2242 Almojarifado – Butantã, Cidade Universitária
São Paulo/SP - CEP 05508-000
CNPJ nº 00.402.552/0005-50 (UASG 113202)
Inscrição Estadual nº 110.670.880.110
Telefone (11) 3133-9195/9318 (Sr. Hélio Akira Furusawa)

Declaramos que o preço ofertado para a execução dos serviços contidos na nossa proposta foram cotados conforme valores atuais praticados no mercado.

Declaramos que em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a entrega dos materiais, inclusive das despesas com materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, seguros em geral, equipamentos auxiliares, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, emolumentos, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto a ser entregue e recolhimento por logística reversa, bem como nosso lucro, conforme especificações contidas no Edital, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação a CNEN-IPEN.

Na execução do serviço, observaremos rigorosamente as normas, as leis, as recomendações e as instruções da fiscalização da CNEN-IPEN, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as exigências do Edital e seus anexos, comprometemos a entregar o objeto licitado em até (.....)2 dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, conforme a seguir:

Descrição	Garantido pelo Fabricante	Desejado pelo Licitante
Entrega CIF “custo, seguro e frete” dias dias

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a retirar a Nota de Empenho no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr., Carteira de Identidade nº expedida em/...../....., Órgão Expedidor, e CPF nº, e-mail

.....@....., fax, telefone como representante desta Empresa.

Informamos que o prazo de validade de nossa proposta é de (.....)² dias corridos, a contar da data de abertura da licitação

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em tela e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Número do CNPJ/MF:	____.____.____/____-____		
Razão Social:			
Endereço Completo/Telefone:			
Cidade:			
Estado:		UF:	
Optante pelo SIMPLES:	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
Enquadramento art. 3º da LC nº 123, de 14/12/2006			
<input type="checkbox"/> Microempresa <input type="checkbox"/> Empresa de Pequeno Porte			
Dados Bancários:	Banco: _____		
Agência: _____	Conta-Corrente: _____		

Localidade (município), de de 2020.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

2 Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

